

#### Câmara Municipal de Itaitinga

Rua Jonas Alves Barbosa, 25, Italtinga, CE, Brasil, 61.881-128 Fone: 85 98992 3228 | Email: contato@camaraitaitinga.ce.gov.br | CNPJ: 41.545.112/0001-05

#### CAPA DO PROCESSO

Número do protocolo: 2025.03.20.0003

Data\Hora: 20/03/2025 09:04:12

Assunto/Tipo: PROJETO DE LEI - LEGISLATIVO

Credor: Maria Claudia Ferreira dos Santos Bezerra

### Descrição do protocolo

Projeto de Lei nº 020 INSTITUI A OBRIGATÓRIEDADE DE AFIXAÇÃO DE PLACA ÚNICA INDICATIVA DE ATENDIMENTO PRIORITÁRIO EM ESTABELECIMENTOS PÚBLICOS E PRIVADOS NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE ITAITINGA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

#### Consulte o andamento do seu protocolo no nosso site

- 1 Para acesso a tramitação processual do documento acima, deverá ser informado na tela de consulta o CPF, em se tratando de pessoa física, ou CNPJ, para pessoa jurídica, acompanhado no número do protocolo acima indicado.
- 2 O QR CODE, deste comprovante, pode ser usado para acompanhamento do andamento do protocolo.



PROTOCOLO: 2025.03.20.0003 - CÂMARA MUNICIPAL DE ITAITINGA



20/03/2025 09:04:12

Credor: Maria Claudia Ferreira dos Santos Bezerra Setor: DIRETORIA GERAL

Descrição: Projeto de Lei nº 020 INSTITUI A OBRIGATÓRIEDADE DE AFIXAÇÃO DE PLACA ÚNICA INDICATIVA DE ATENDIMENTO PRIORITÁRIO EM ESTABELECIMENTOS PÚBLICOS E PRIVADOS NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE ITAITINGA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

2025.03.20.0003



CÂMARA MUNICIPAL DE ITAITINGA DEPARTAMENTO LEGISLATIVO APROVADO EM VOTAÇÃO ÚNICA EM 26 / 06 / 25

INSTITUI A OBRIGATORIEDADE DE AFIXAÇÃO PLACA ÚNICA **INDICATIVA** ATENDIMENTO PRIORITÁRIO **EM** ESTABELECIMENTOS PÚBLICOS E PRIVADOS NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE ITAITINGA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A CÂMARA MUNICIPAL DE ITAITINGA, Estado do Ceará, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica do Município, aprova e o PREFEITO MUNICIPAL sanciona a seguinte Lei:

## CAPÍTULO I **DISPOSIÇÕES GERAIS**

- Art. 1º Fica instituída, no âmbito do Município de Itaitinga, a obrigatoriedade da fixação de placa única de atendimento prioritário em todos os estabelecimentos públicos e privados que realizem atendimento ao público.
- Art. 2º A placa de que trata esta Lei deverá conter informações claras e visíveis acerca dos direitos de atendimento prioritário, com menção expressa às categorias protegidas por legislação federal, estadual e municipal, incluindo:
- I Pessoa com Deficiência (PCDs);
- II Pessoa Idosa com idade igual ou superior a 60 anos;
- III Gestante;
- IV Lactante e pessoas acompanhadas por criança de colo;
- V Pessoa com obesidade
- VI Pessoa com Transtorno do Espectro Autista TEA.
- § 1º A placa deverá apresentar ícones ilustrativos universais para identificação das categorias previstas no anexo único desta Lei.









- § 2º A placa deverá ser afixada em local de fácil visualização, preferencialmente na entrada principal do estabelecimento, ou próximo aos quichês e filas de atendimento.
- Art. 3° A placa deverá possuir, no mínimo, as seguintes especificações técnicas:
- I Tamanho padrão de 210mm x 297mm;
- II Impressão em cores ou, alternativamente, em preto e branco, desde que assegurado o contraste adequado para perfeita legibilidade;
- III Material resistente, podendo ser em papel plastificado, acrílico, PVC, ou outro equivalente, vedada a sua deterioração precoce;
- IV Fixação firme e permanente, vedado o uso de meios precários como fita adesiva comum ou suporte provisório.

# CAPÍTULO II DA EDUCAÇÃO E CONSCIENTIZAÇÃO SOCIAL

- Art. 4° O Poder Executivo Municipal deverá promover, por um período mínimo de 90 (noventa) dias, campanha de educação e conscientização voltada ao respeito e cumprimento do atendimento prioritário.
- § 1º A campanha será realizada preferencialmente por meio de rádios comunitárias, redes sociais institucionais, escolas públicas, associações comunitárias e repartições públicas.
- § 2º A Câmara Municipal poderá, por meio de recursos próprios e em colaboração com o Poder Executivo, desenvolver e veicular campanhas educativas e materiais informativos sobre a aplicação desta Lei.

# CAPÍTULO III DA FISCALIZAÇÃO E DAS PENALIDADES

- Art. 5° A fiscalização do cumprimento desta Lei caberá aos órgãos competentes da Administração Pública Municipal, que deverá ser regulamentada por decreto.
- Art. 6° O descumprimento ao disposto nesta Lei sujeitará às seguintes sanções administrativas: I – Advertência escrita, na primeira autuação;
- II Multa, em caso de reincidência, cujo valor será definido em regulamento;









- III Interdição temporária do estabelecimento, em caso de reiterado descumprimento;
- IV Suspensão do alvará de funcionamento, após a aplicação das penalidades anteriores, sem efeito reparador.

## CAPÍTULO IV DA REGULAMENTAÇÃO

- Art. 7º O Poder Executivo Municipal deverá, no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias, regulamentar esta Lei por meio de decreto, dispondo sobre:
- I Os critérios de fiscalização;
- II Os valores das multas aplicáveis;
- III A estrutura da campanha educacional prevista nesta Lei;
- IV Os canais de denúncia e procedimentos administrativos para apuração de infrações.

# **CAPÍTULO V DISPOSIÇÕES FINAIS**

- Art. 8º Os estabelecimentos públicos e privados terão o prazo de 60 (sessenta) dias, contados da regulamentação da presente Lei, para se adequarem às suas disposições.
- Art. 9º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Paço da Câmara Municipal de Itaitinga/CE, 20 de maio de 2025.

## MARIA CLÁUDIA FERREIRA DOS SANTOS BEZERRA

2ª Secretária da Câmara Municipal de Itaitinga Vereadora PROFESSORA CLÁUDIA







# Atendimento Prioritário e Preferencial para:



- Pessoas com deficiência;
- Idosos com idade igual ou superior a 60 anos;
- Lactantes e pessoas acompanhadas por criança de colo;
- Pessoas com obesidade:
- Pessoas com Síndrome de Down;
- Pessoas com Autismo.

Lei Federal nº 10.048/00, Lei Federal nº 10.741/03, Lei Federal nº 14.626/23, Decreto Federal nº 5.296/04 e Le Estadual nº 18.799/24.









### JUSTIFICATIVA AO PROJETO DE LEI Nº 12/2025

## À MESA DIRETORA, COMISSÕES E PROCURADORIA-GERAL DA CÂMARA MUNICIPAL DE **ITAITINGA**

Senhor Presidente, Senhores(as) Vereadores(as),

O presente Projeto tem como objetivo instituir, a obrigatoriedade da afixação de placa única padronizada de atendimento prioritário em todos os estabelecimentos públicos e privados, visando à efetivação dos direitos das pessoas com deficiência, idosos, gestantes, pessoas acompanhadas de crianças de colo e pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA).

A proposta fundamenta-se em razões sociais, humanitárias e legais, reconhecendo que a ausência de sinalização padronizada compromete a visibilidade e o respeito a esses direitos, afetando especialmente grupos em situação de vulnerabilidade.

O projeto estabelece diretrizes técnicas objetivas para a confecção e instalação da placa: formato A4, possibilidade de impressão colorida ou em preto e branco, e respeito a critérios mínimos de legibilidade e visibilidade, assegurando viabilidade e aplicação prática, sem ônus desproporcional aos estabelecimentos.

Prevê-se, ainda, a realização de campanha educativa mínima de 90 (noventa) dias, a ser conduzida pelo Poder Executivo, com o objetivo de conscientizar a população e os responsáveis pelos estabelecimentos quanto à importância da medida.

Quanto à fiscalização e sanções, o projeto adota mecanismo de punição progressiva e proporcional. Por fim, a proposta prevê o prazo de 180 (cento e oitenta) dias para que o Poder Executivo regulamente a Lei, disciplinando os critérios.

Diante da relevância da matéria, submeto o presente Projeto de Lei à análise, a fim de que possa ser discutido, apreciado e aprovado por esta Casa Legislativa.

Paço da Câmara Municipal de Itaitinga/CE, 20 de maio de 2025.

#### MARIA CLÁUDIA FERREIRA DOS SANTOS BEZERRA

2ª Secretária da Câmara Municipal de Itaitinga Vereadora PROFESSORA CLÁUDIA





